

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.445 - SP (2018/0224148-3)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : SINARA CRISTINA DA COSTA  
**ADVOGADO** : SINARA CRISTINA DA COSTA (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
SP233399  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário interposto por SINARA CRISTINA DA COSTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2096407-10.2018.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que a paciente foi denunciada pela suposta prática do delito tipificado no art. 171, *caput*, do Código Penal, tendo em vista que "*obteve, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo do Banco Itaú S/A, induzindo e mantendo em erro seus funcionários e aos serventuários do Poder Judiciário, mediante fraude*" (e-STJ fl. 18).

Impetrado *habeas corpus* na origem, foi postulado o trancamento da ação penal sob o argumento de carência de justa causa ante a atipicidade da conduta; no entanto, os desembargadores da Nona Câmara de Direito Criminal denegaram a ordem (e-STJ fls. 99/107).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 102):

*Habeas corpus. Estelionato. Impetração que tem por objetivo o trancamento da ação penal por ausência de justa causa. Inadmissibilidade. Peça acusatória que atende a todos os requisitos legais. As alegações pelas quais se invoca o reconhecimento da atipicidade da conduta dependem de apreciação profunda das provas, impossível de ser feita nos estreitos limites do "writ".*

*Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada.*

No Superior Tribunal de Justiça, a recorrente aponta constrangimento ilegal decorrente da ação penal deflagrada em seu desfavor.

Sustenta ser o caso de trancamento da Ação Penal n. 0009458-71.2011.8.26.0320 diante da atipicidade da conduta que lhe foi imputada.

Alega ausência de justa causa para a ação penal, tendo em vista "*que o*

*fato descrito na peça acusatória constitui fato flagrantemente atípico - 'ESTELIONATO JUDICIÁRIO', hipótese pacífica na jurisprudência dos Tribunais dos Superiores passível de trancamento da Ação Penal" (e-STJ fl. 113).*

Informa que foram proferidas quatro decisões em seu favor, no Superior Tribunal de Justiça, todas elas determinando o trancamento da ação penal, com a determinação de sua absolvição em face da atipicidade do delito de estelionato judicial que lhe foi imputado. Senão vejamos: RHC n. 72.601/SP; HC n. 435.818/SP; HC n. 444.834/SP, todos de relatoria do Ministro Ribeiro Dantas. Além do RHC n. 78.676/SP, de relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior (e-STJ fl. 126).

Dessa forma, requer o trancamento da Ação Penal n. 0009458-71.2011.8.26.0320.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 151/152).

É, em síntese, o relatório.

Mostra-se inviável o prosseguimento do recurso.

É que o pedido nele formulado revela-se idêntico ao constante do HC n. 456.134/SP, impetrado em favor da recorrente, e que ataca o mesmo acórdão, configurando reiteração de pedido, circunstância que impede o conhecimento da irresignação.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA ANALISADA EM PRÉVIO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO JÁ JULGADO. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não se conhece de habeas corpus que objetiva mera reiteração de pedido analisado em recurso anteriormente interposto. 2. "Julgado o Recurso em Sentido Estrito, resta superada a alegação de excesso de prazo para análise do mérito do referido recurso" (RHC n. 66.467/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 9/3/2016). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 403.778/CE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017)*

Ante o exposto, **não conheço** do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

